

Ata da reunião CPAI

Data: 06/03/2023

Horário: 15h

Pauta: Reestruturação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI)

Participantes:

- Dra. Roberta Fonseca, juíza-presidente da CPAI.
- Membros da Comissão: Nilma Rodrigues, Rafael Lemos, Wendelaine Oliveira, Tânia Macedo, Juliana Costa, Silvana Garcia.

Abertura

Dra. Roberta informou sobre a nova estrutura da CPAI, relatou que irá seguir as determinações da Resolução CNJ 401/2021 e que será feita uma cerimônia de agradecimento a todas as servidoras e servidores que fizeram parte da Comissão até este ano.

Dra. Roberta citou que muito já foi feito, agradeceu o apoio e colaboração de todos os presentes e afirmou que ainda há muito trabalho pela frente. Informou que a ideia do Corregedor é fazer uma menção honrosa a todos os ex participantes em uma das sessões da Corte.

Informou que os novos participantes serão das áreas: SGS, NACEL, STI, SGG (Sustentabilidade e Gestão Estratégica) e SGP.

Informou que Tânia Macedo permanecerá na CPAI para haver uma transição para a nova configuração com integrante da atual comissão.

Assuntos debatidos

Silvana questionou a composição da nova comissão, que deveria contemplar outras áreas como a Comunicação, sendo mais multidisciplinar e, com isso, mais rica em conteúdo.

Tânia citou a falta de uma norma para estabelecer as políticas e diretrizes de acessibilidade no Tribunal e ressaltou a necessidade de uma Resolução definindo as políticas de acessibilidade e inclusão no Tribunal. Destacou que essa medida daria respaldo à execução e continuidade dos trabalhos.

Tânia citou, ainda, a questão da necessidade de força de trabalho para operar as ações de acessibilidade e dar apoio administrativo aos cartórios eleitorais e que considerava necessário apresentar todo o trabalho a fim de que a Direção-Geral tivesse a dimensão do que envolve a gestão da acessibilidade e inclusão neste Tribunal.

Juliana fez uma breve descrição de como foi a criação do Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios (NACEL) que, atualmente, está com muitas demandas e poucos servidores para tratá-las.

Juliana informou que o Relatório sobre a Pesquisa dos Coordenadores de Acessibilidade deverá, após aprovado pela Dra. Roberta e pela Diretora-Geral, ser colocado em um SEI para ciência e sugestões de toda a CASA, incluindo os cartórios eleitorais. E, assim, demonstrar como é o trabalho da Comissão e todos esforços empregados nas ações realizadas.

Tânia lembrou que a Professora Acácia, consultora da EJE, que participou de uma reunião com a CPAI em dezembro de 2020, afirmou ser urgente a realização de diagnósticos de acessibilidade dos servidores e dos locais de votação, além dos imóveis ocupados pelo Tribunal a fim de propor eficazmente ações direcionadas e possibilitar o acompanhamento e controle.

Na ocasião, a CPAI concordou em levar à alta Gestão a necessidade dessas ações uma vez que os diagnósticos iniciados nunca foram concluídos. A realização de vistorias e preenchimento dos respectivos formulários, por exemplo, têm baixa adesão dos cartórios eleitorais

Silvana citou, quanto ao diagnóstico dos servidores com deficiência, a questão do sigilo das informações em razão da LGPD e retomou o assunto sobre o NACEL, da importância da participação da Comunicação na Comissão, para trabalhar muito a sensibilização das pessoas.

Dra. Roberta ressaltou a falta de informação e de educação sobre o tema voltado para o público interno. Destacou que deverão ser feitas ações voltadas para os servidores primeiro para depois tratar do público externo.

Silvana falou sobre a questão do assédio aos servidores com deficiência e a Dra. Roberta citou caso conhecido em que a situação vivida se tratava de falta de humanidade, não só de falta de acessibilidade.

Juliana lembrou o caso do servidor Fabrício, que tem deficiência visual, que foi comprado o leitor de tela JAWS para ele, mas que ele não estava conseguindo utilizá-lo, mesmo com a indicação de um curso online.

Nilma afirmou que o Fabrício deveria ser capacitado no local onde ele utilizaria a ferramenta e Rafael complementou dizendo que o ideal é que o Fabrício aprenda no ambiente computacional que ele está acostumado a utilizar (computador, periféricos e softwares). Rafael também mencionou que o aprendizado de leitores de tela não é fácil e que às vezes a dificuldade em utilizar o próprio computador precede o uso de um leitor de tela.

Silvana disse que tem dificuldade em enxergar e questionou se ela poderia usar ou não o leitor de tela, por exemplo, pois as alternativas apresentadas pela STI não estavam surtindo efeito para ela. Rafael e Nilma explicaram que a STI em conjunto com a SGP deveria avaliar as necessidades dos servidores com deficiência para aquisição de tecnologias assistivas adequadas. Também foi dito que um eixo que precisa ser dado ênfase pela CPAI é a acessibilidade digital.

Wendelaine mencionou que muitos documentos em PDF ainda não são inseridos no PJe pelos usuários no formato acessível e que esse sistema não tem acessibilidade mínima.

Dra. Roberta disse que deveriam ser feitas pílulas no formato de vídeo com temas ligados à acessibilidade para sensibilizar os servidores. Sugestão: colocar esses vídeos antes de lives, cursos etc, como acontece no cinema.

Tânia sugeriu que as pílulas fossem veiculadas também nos intervalos das sessões online ou mesmo em tela na sessão presencial, antes do início ou nos intervalos.

No final, Nilma repassou informações sobre a análise de viabilidade da Central de Libras (ICOM) da empresa AME-SP. Testes da plataforma ICOM serão realizados junto 140ª ZE, de Itaúna.

Nilma expôs que a AME também oferece um serviço que pode ser agregado ao site do TRE-MG para que o eleitor surdo entre e ligue para o disque eleitor, com a participação online de um tradutor de libras.

Juliana citou os SEIs que deverão ser despachados com a Dra. Roberta antes da licença médica dela.

Encerrada a reunião às 16h30.

Tânia Sueli de A. Macedo, elaborei esta ata.